

REFLEXÃO TEÓRICA DO ESTUDO SOBRE A QUALIDADE DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL: A VISÃO DOS CIDADÃOS

Vinícius Barbosa Albernaz

Membro Associado do Observatório Político¹

Resumo

A qualidade da democracia é, atualmente, uma das questões relevantes na Ciência Política. As perspectivas históricas e o estudo para o entendimento da qualidade da democracia em Portugal constituem o átrio da análise presente. A metodologia utilizada na presente investigação foi a revisão bibliográfica, técnica que propusemos aplicar tendo em vista a sua adequação e tradição para explicação do fenómeno abordado em questão. O material recolhido tem por base o estudo bibliográfico da obra *A qualidade da democracia: a visão dos cidadãos* de Pinto, Sousa e Magalhães (2013). Conclui-se que o debate sobre o papel da participação como avaliação da qualidade da democracia contemporânea não se limita ao campo teórico, mas se estende ao nível operacional subjacente ao discurso e à prática política. Esses aspectos são muito importantes na avaliação da qualidade das democracias.

Palavras-chave

Qualidade; Democracia; Cidadãos; Participação; Portugal

Introdução

A qualidade da democracia é, atualmente, uma das questões mais relevantes na Ciência Política. No entanto, só mais recentemente é que a questão da qualidade da democracia recebeu um tratamento mais abrangente e sistemático tendo por base inquéritos de opinião pública (Sanchez, Maia & Lobo, 2018).

Desde o início da terceira vaga de democratização, após a revolução portuguesa de 1974, diversos países realizaram a “transição” para o regime democrático, consequentemente, aumentou o número dos países

¹ Doutorando em Ciência Política na Universidade da Beira Interior.

democráticos. Deste modo, os estudiosos debruçaram-se sobre estudos acerca da “consolidação democrática”. Atualmente, o foco dos académicos encontra-se numa nova realidade: deixou de ser sobre a transição democrática, ou da consolidação democrática, para ser sobre a “qualidade” das democracias (Pinto, Sousa, & Magalhães, 2013).

Nesse sentido, surgiram diversos projetos internacionais que analisam a “saúde” das democracias numa perspectiva global, através da monitorização das atitudes dos cidadãos face aos regimes democráticos. Deste modo, iniciativas como o do Observatório da Qualidade da Democracia a “saúde” das democracias (sua qualidade), tem um papel fundamental para compreensão deste fenómeno.

Em tempo de crise que se vive em Portugal nos últimos anos, torna-se fundamental ouvir a opinião, monitorizar, e valorizar as percepções, atitudes e comportamentos dos portugueses perante a democracia. Tendo em conta que a democracia é um conceito de realidade multidimensional, os estudos sobre qualidade da democracia, na sua maioria, visam responder as seguintes perguntas: o que é que os portugueses esperam/querem da democracia e como avaliam o seu regime democrático?

As perspectivas históricas e o estudo para o entendimento da qualidade da democracia em Portugal constituem o átrio da análise presente. Este trabalho visa contribuir para o aprofundamento dos caminhos para entender a democracia ideal portuguesa, percebendo os limites inerentes ao seu funcionamento presentes no sistema político português, e também ao modo como a sociedade portuguesa a avalia.

Com este pano de fundo, o objetivo central deste artigo não é discutir as múltiplas definições e dimensões da qualidade da democracia ou analisar sua conveniência, mas questionar sua qualidade no padrão/indicador de: participação política, presente no Capítulo 2 do livro *A qualidade da democracia em Portugal: a visão dos cidadãos* dos autores Pinto, Sousa e Magalhães (2015).

A teoria da democracia participativa, inspirada em teóricos clássicos como John Stuart Mill, Tocqueville e Rousseau considera que a existência de instituições representativas em nível nacional não constitui uma garantia suficiente de qualidade democrática. A socialização para a democracia deve existir em várias esferas sociais, de modo que os traços psicológicos desejados

possam ser desenvolvidos por meio da experiência de participação que, além de promover a igualdade, também possui funções educativas e integradoras.

Portanto, na perspectiva de abordar de forma objetiva este trabalho divide-se em três grandes eixos sendo: 1) revisão de literatura, que fundamenta este artigo, 2) democracia em Portugal: enquadramento teórico, com o objetivo de realizar o percurso crítico, 3) análise do estudo sobre a qualidade da democracia em Portugal, sob a ótica de seus cidadãos.

Todavia, em face da complexidade do fenómeno abordado e das múltiplas perspectivas relacionadas ao tema, a conclusão resulta da reflexão teórica sob prisma do investigador com sua abordagem específica. cremos, no entanto, que este contributo pode ser útil para compreender melhor a qualidade da democracia em Portugal.

1. Revisão de Literatura

No que se refere aos termos metodológicos, na presente investigação optámos pela utilização de uma revisão bibliográfica, técnica que nos propusemos aplicar tendo em vista a sua adequação e tradição para explicação do fenómeno abordado em questão.

De acordo com a revisão de literatura efetuada neste trabalho, foram encontradas pesquisas com enfoques diversos sobre a qualidade da democracia, a consolidação da democracia portuguesa, a participação política e a democracia que trazem luz a este estudo teórico.

Este trabalho de investigação científica encontrou através de pesquisas de palavras-chave como: qualidade, democracia, Portugal, participação, cidadãos e consolidação², na base dados biblioteca do conhecimento online² (b-on) artigos e relatórios de *brief policy* sobre a qualidade da democracia em Portugal.

Foram encontrados ainda, no portal do Observatório da qualidade da Democracia³, instituição de referência a nível nacional e internacional que realiza estudos sobre a qualidade da democracia em Portugal, Resumos de

² Disponível em: <https://www.b-on.pt/> Acesso em 30 de maio de 2019.

³ Disponível em: <http://www.oqd.ics.ulisboa.pt/> Acesso em 30 de maio de 2019.

Política sobre a Qualidade da Democracia em Portugal elaborados por Lobo (2015) e Sanches *et al* (2018).

Em 2011, o primeiro inquérito do Barómetro da Qualidade da Democracia mediu as avaliações dos cidadãos sobre nove dimensões de qualidade da democracia: direitos e liberdades civis; Estado de direito; participação; representação; responsabilização horizontal; responsabilização vertical; responsividade; e igualdade e autonomia do poder político/ governação. Os resultados do inquérito revelaram que «os portugueses avaliam a qualidade da democracia de uma forma multidimensional» e que «consideram todas as dimensões quase igualmente importantes» (Lobo, 2015).

Em 2014, por ocasião dos 40 anos do 25 de abril, um novo inquérito confirmou grande parte destas tendências. No entanto, verificou-se também nessa ocasião que os níveis de apoio ao regime democrático permaneciam elevados: 73% da população considerava que a democracia era preferível a qualquer outro tipo de regime político e 60% era da opinião que Portugal tem um regime “tão democrático como os outros” na Europa.

O Relatório de Sanches *et al* (2018) destaca que outra forma de medir a qualidade da democracia é através das avaliações feitas por painéis de especialistas; e o *Economist Democracy Index* (EDI) é um exemplo disso. Desde 2011, tem avaliado Portugal como uma “democracia imperfeita”, num esquema de classificação que varia entre “regime autoritário (0)” e “democracia plena (10)”.

Com o propósito de encontrar análises bibliográficas que abordassem a temática desta investigação e que dessem sustentação teórica, neste levantamento para a síntese de produção científica, destacam-se ainda os principais livros, tais como:

1. *Participação política e democracia – o caso português (1976-2000)* de Martins (2004) que aborda a configuração da construção da democracia participativa e os limites da democracia representativa, o sistema político português, e mecanismos que promovem a participação política;
2. *A Qualidade da democracia em debate – deliberação, representação e participação políticas em Portugal e Espanha*, de Viegas, Santos, e Faria (2010), onde aprofunda o debate sobre a **qualidade da democracia** através de um conjunto de textos de reputados

investigadores que abrangem temáticas como a deliberação democrática, a representação política, os valores e atitudes e a participação social e política;

3. *O Sistema Político Português Séculos XIX-XXI* de Freire (2014), que fornece uma visão geral sobre as continuidades e ruturas do sistema político português ao longo de quatro regimes e o século XXI;
4. *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa 1974-1975*, de Cerezales (2003), que aborda sobre a mobilização popular no momento dos anos revolucionários de 1974-1975 e na transição para a democracia;
5. *Governar em Democracia* de Lobo (2005), que procura responder sobre o processo da coordenação dos sucessivos governos portugueses, entre 1976 e 1995, trazendo perspectivas novas sobre os caminhos da governação em Portugal e das suas consequências para a **qualidade da democracia do país**;
6. *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005* de Carlos Jalali (2015), que fornece uma interpretação pioneira dos partidos políticos em Portugal desde 1974, as características do sistema político português, sistema partidário, regime eleitoral, semipresidencialismo e aspectos da **qualidade da democracia nacional**;
7. *O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa* de Lobo e Neto (2009) a referência de democratização na Lusofonia, iniciada através da revolução dos Cravos em 1974, o semipresidencialismo português como referência aos demais países da CPLP, detalhes do regime semipresidencialismo e os seus processos de democratização.
8. *Eleições e Cultura Política – Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses*, de Freire, Lobo e Magalhães (2007) que aborda questões centrais do comportamento de voto e das atitudes políticas dos cidadãos portugueses. Reflexões sobre o posicionamento dos eleitores à esquerda e à direita em Portugal;
9. *As Eleições Legislativas e Presidenciais 2005-2006 – Campanhas e escolhas eleitorais num regime semipresidencialismo* de Lobo e Magalhães (2009), que aborda as eleições legislativas de 2005 e as presidenciais de 2006 que representam um marco na evolução democrática portuguesa, onde ambas produziram resultados inéditos: uma maioria de assentos legislativos para o PS e um

presidente apoiado por partidos de direita, concluindo que estamos perante um sistema partidário sob pressão.

Vale destacar a Tese de doutoramento de Costa (2014) sobre *A Influência do Sistema Político e Eleitoral e do contexto Macroeconómico na Participação nas Eleições Legislativas em Portugal e Espanha (2004-2011)*. Um contributo para o estudo da Democracia que contribui de forma significativa para a construção e consolidação do conceito de democracia em Portugal, e da aferição da qualidade da Democracia nos países da Europa do Sul, Portugal e Espanha.

2. Democracia em Portugal: Enquadramento Teórico

As sociedades são feitas de equilíbrios e desequilíbrios, de embates e tensões sociais, entre legalidade e ilegalidade, entre ordem e desordem. A sociedade portuguesa atravessou por um desses momentos há quarenta e quatro anos, na revolução do dia 25 de Abril de 1974. Em consequência, é indiscutível que o nascimento da democracia portuguesa surge neste importante período histórico, rompendo com uma ditadura de 48 anos. O período de 1974-1976, quando observamos as formas de ação coletiva nele empreendidas, aparece como um momento *anómalo*, sem passado próximo nem continuação, na história dos movimentos populares portugueses (Cerezales, 2003).

O termo “democratização” refere-se à mudança de regime, incluindo, assim, os processos de transição e consolidação democrática. Há quarenta e quatro anos, a sociedade portuguesa passou pelo momento revolucionário de Abril, marca indelével de sua contemporaneidade. O dia 25 de Abril de 1974 é definido por Pereira como:

“As interpretações variam: golpe de Estado, revolução, golpe de estado seguido de uma revolução, etc. Mas uma coisa é incontroversa: no dia 25 de abril começou a nascer uma democracia e ela apenas foi possível pelo que aconteceu nesse dia. O que aconteceu em 25 de Abril com a ação do MFA foi de facto o “dia lustral”. O dia do começo. Mas, a partir desse dia, o nascimento de uma democracia fez-se na sociedade e com a sociedade, os portugueses. Como se passa em todas as democracias, foi um processo essencialmente civil, e numa democracia que nasceu de

uma ação militar, foram os civis que se revelaram fundamentais para a sua construção (Pereira, 2014, p. 9)”.

O Movimento das Forças Armadas (MFA) surgiu entre os postos mais baixos do corpo de oficiais, devido ao que consideravam injustiças as suas demandas profissionais e a certos anseios quanto ao respectivo estatuto militar e alguns privilégios da classe, bem como uma profunda insatisfação quanto as ações em África, aparentemente intermináveis (Maxwell, 1999). Os moderados baseavam-se principalmente na legitimidade eleitoral, enquanto as forças de esquerda mais radicais, marginalizadas nas eleições, apelavam para uma legitimidade revolucionária apoiada pela mobilização popular, colocando as organizações de base em vez de partidos no coração do sistema político.

Para Freire (2014) o conceito de sistema político:

“como o de um conjunto integrado, articulado e estruturado de vários elementos em que todo é mais do que a soma das partes, isto é, em que da articulação e da interação dialética das várias componentes do sistema resulta algo substancialmente diferente do que a mera soma das suas componentes (Freire, 2014, p. 7)”.

No ano de 1975, Portugal fervilhava com as dramáticas mudanças internas e externas em que o país vivia, com o confronto direto das diversas forças que disputavam o poder político, através de golpes e contragolpes, ou seja, uma clara radicalização da transição. O período revolucionário foi marcado por intensa instabilidade política, com dois presidentes e seis governos provisórios em dois anos. Essa instabilidade foi determinada pelas forças políticas emergentes heterogêneas, que tinham apenas sua oposição ao ex-regime fascista em comum.

Entretanto, o MFA apresentava várias movimentos e facções dissidentes, com militares de alas radicais da extrema esquerda ligadas ao Partido Comunista Português (PCP), os moderados e outras forças políticas que se consideravam a direita do PCP (Frain, 1998). É nesse contexto, que através de uma estratégia defensiva e cautelosa o contra-golpe da aliança anticomunista do sector operacional dos moderados conduzindo as operações militares do Golpe de 25 de Novembro 1975 contra a facção mais radical da esquerda política do MFA, esmagando-os definitivamente (Maxwell, 1999).

Jalali (2015) destaca que o conflito central da política portuguesa no contexto

revolucionário, perpassa pela pouca premeditação ou unanimidade quanto ao sistema que deveria substituí-lo. Assim, a escolha do regime a seguir em Portugal tornou-se o conflito central da política portuguesa, até que o contra-golpe de 25 de Novembro de 1975 estabeleceu a opção por um regime democrático liberal.

Entretanto, num período conjuntural com diversas circunstâncias em curso, de golpes e contragolpes, resistências e reações, violências e tolerâncias, nesta intensa travessia democrática contemporânea, como abordaremos a seguir. A revisão constitucional, portanto, extinguiu o Conselho da Revolução, diminuiu o poder do Presidente e implicou uma nova Lei de Defesa Nacional que fortaleceu a autoridade do Governo sobre as Forças Armadas (Maxwell, 1999).

Jalali (2015) afirma que não existe consenso quanto às datas de transição e consolidação democrática em Portugal. Argumenta ainda que, se tomarmos em conta as definições de transição e consolidação, poderia eventualmente datar o final da transição em Novembro de 1975. A consolidação terá sido marcada pela negociação da nova Constituição, em 1976 e as alterações constitucionais de 1982 que aboliriam o Conselho da Revolução e colocaram as forças armadas sob o controle civil. Acontece que, tratando-se da história recente do nascimento da democracia portuguesa, é natural que cada vez menos apareçam nas suas imagens militares e cada vez haja mais civis (Pereira, 2014).

A trajetória portuguesa para a democracia foi fortemente influenciada pela adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), que aderiu em 1986. A influência da União Europeia (UE) no desenvolvimento político de Portugal é, portanto, um fator explicativo que deve ser abordado e, em alguma medida, pode ser visto como um ponto de virada, uma nova conjuntura crítica que de alguma forma reverteu os efeitos do precedido, ou seja, a transição revolucionária para a democracia e sua inspiração socialista. O processo de integração implicou a promoção da concorrência económica, a privatização de empresas públicas, a reestruturação do setor industrial e um processo de desregulamentação económica, todas as medidas que afastaram Portugal da via socialista.

Portugal foi o primeiro país da lusofonia a democratizar-se, tornando-se referência a matriz semipresidencial do seu regime político entre as suas ex-colónias. O semipresidencialismo consagrado na Constituição portuguesa de

1976, foi o sistema implantado por sete dos oito países membros da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa). Neste regime, o presidente da República é eleito por sufrágio universal e partilha o poder executivo com um governo que depende da confiança do parlamento (Lobo & Neto, 2009).

Lobo e Neto (2009) afirmam que os poderes presidenciais dividem-se em duas categorias: poderes legislativos e poderes não legislativos tendo as seguintes características:

“Os poderes legislativos são os seguintes: o poder de iniciativa legislativa; o poder de veto; o poder orçamental; o poder de enviar legislação ao tribunal constitucional para apreciação da constitucionalidade do diploma; poderes de decreto; o poder de convocar referendos. Quanto aos poderes não legislativos, são os seguintes: o poder de dissolver o parlamento; o poder de censura; o poder de formação de governos; o poder de demissão do governo (Lobo & Neto, 2009, p. 20).”

Os fatores que contribuíram na consolidação democrática de Portugal, perpassam por um amplo leque de fórmulas governativas. Para Lobo e Neto (2009) destacam-se as seguintes fórmulas: governos de inspiração presidencial, de minoria monopartidária, de coligação maioritária, monopartidário quase maioritário, maioritário monopartidário, sem contar os períodos de coabitação e de executivos unificados.

Lobo (2005) argumenta que a natureza do regime democrático é tema de um debate que se estende por muito tempo na política portuguesa. A revisão da Constituição de 1976, levada a cabo em 1982, voltou a colocar em debate a natureza do regime, a saber, se era semipresidencial ou parlamentar.

Todavia, a formação do primeiro governo de maioria de um único partido, o Partido Social Democrático (PSD) em 1987, os executivos de Cavaco Silva, representara uma mudança de fato ao nível das práticas constitucionais, levando à institucionalização de uma tendência que se denominou “presidencialismo do primeiro-ministro” (Lobo, 2005).

Em Portugal o período iniciado em 1987 ficou marcado por significativas mudanças em relação ao período anterior (1975-1986), crescente concentração do voto nos dois maiores partidos (PS e PSD), crescente

estabilidade governativa e conseqüentemente uma maior proximidade ao modelo da “democracia maioritária” (Freire, Lobo e Magalhães, 2007).

Este trabalho corrobora os estudos no âmbito da democracia representativa, na conjuntura do modelo das democracias liberais contemporâneas. De acordo com Pasquino (2010) as democracias liberais caracterizam-se por: a) os direitos civis e políticos são reconhecidos e tutelados; b) afirma-se e respeita-se o Estado de direito, c) a magistratura é independente; d) existe uma sociedade pluralista com meios de comunicação independentes do poder político; e) os civis controlam os militares (Pasquino, 2010, p. 355).

Segundo algumas definições consagradas, a democracia representativa é um regime político em que os governantes governam em nome do povo, ou seja, em representação do povo e, em princípio, de acordo com as preferências populares. Numa democracia representativa cabe aos cidadãos (eleitores) escolher os seus representantes, que apresentam propostas políticas mais de acordo com as suas preferências (função da representação), e avaliar se estão ou não a governar de acordo com as suas preferências (função de responsabilização) (Lobo e Magalhães, 2009).

Para Martins (2004) a forma da democracia portuguesa é resultado de uma tensão permanente entre o ideal da construção da democracia participativa e os limites da democracia representativa, determinado no papel central dos partidos políticos. O aprofundamento e o alargamento da democracia representativa como direção para incentivar e assegurar a participação direta dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais, visando atingir a democracia participativa.

O processo de democratização de Portugal teve um impacto direto no sistema partidário e no comportamento eleitoral, estabelecendo padrões que se mantiveram presentes deste então, tais como a indeterminação ideológica e a natureza *catch-all* da maioria dos partidos portugueses (Jalali, 2015). De acordo com Martins (2004) o funcionamento da democracia participativa portuguesa carrega um pessimismo crescente por parte dos cidadãos, à medida que surgem os diagnósticos sobre o seu funcionamento, os políticos tendem a aumentar a intensidade do discurso normativo, prometendo colmatar não só as deficiências do passado como projetar soluções num futuro idílico.

Todavia, através da revisão da Estratégia de Lisboa em 2005, que, na sequência do relatório Kok⁴ (2004), buscava reforçar a competitividade da UE através do emprego e do crescimento económico. Esta preferência por um conceito neoliberal dos direitos e responsabilidades da cidadania, em vez da abordagem igualitária prevista na formulação inicial da Estratégia, reflete a crescente influência da maioria dos governos de direita a nível da UE, como resultado do processo de alargamento. A concepção e implementação da Estratégia Europa 2020 num contexto de crise económica e reforço da lógica intergovernamental, com a Alemanha e a França a tornarem-se as principais forças de decisão, enquanto a influência da Comissão Europeia continuou a diminuir, acentuou a orientação neoliberal conferido às políticas económicas e sociais da Comunidade Europeia.

No meio deste processo, em Portugal o crescimento diminuiu e, em 2011, seguindo o exemplo da Grécia e da Irlanda, teve de concordar com um resgate de três bilhões de euros, com duração de três anos, do Fundo Monetário Internacional (FMI). Comissão Europeia (CE) e do Banco Central Europeu (BCE), após os partidos da oposição rejeitaram o IV Programa de Estabilidade e Crescimento de Sócrates (PEC IV). O principal objetivo era fazer a transição para um sistema económico liberal e competitivo baseado na propriedade privada, o que permitiria a Portugal alinhar com os seus parceiros europeus. Após este enquadramento teórico sobre a democracia de Portugal o próximo ponto é a discussão da qualidade da democracia em Portugal.

3. Análise do Estudo sobre a Qualidade da Democracia em Portugal: A Visão dos Cidadãos

Neste capítulo aborda-se o um capítulo da obra *A qualidade da democracia em Portugal: a visão dos cidadãos* (2013). Este estudo têm uma particularidade a qual o torna extremamente inovador em termos de investigação em ciências sociais. Tal traço consiste no fato de a investigação ter sido analisada de forma rigorosa e com um conjunto de conceitos teoricamente articulados, visando responder a seguinte indagação: o que os portugueses querem da democracia e como avaliam o seu regime democrático.

⁴ “Enfrentar o desafio: a Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego”, relatório do Grupo de Alto Nível presidido por Wim Kok, Novembro de 2004. Acesso em 30 de maio de 2019.

Para Pinto, Sousa e Magalhães (2013) qualquer modelo para mensurar a qualidade da democracia tem de começar com uma definição dos dois termos presentes neste conceito multidimensional e complexo: a qualidade e a democracia. No que se refere a qualidade da democracia, os autores definem como:

um regime em que aos cidadãos é concedido um “alto grau de liberdade, igualdade política e controle sobre as políticas públicas e os políticos através do funcionamento legítimo e legal de instituições estáveis”. (Pinto et al, 2013, p. 19).

Martins (2004) afirma que existe uma crescente aposta na democracia de qualidade, que caracteriza-se como:

“os ideais da responsabilidade plena dos governantes; do rigor e da transparência da atividade política; da descentralização do exercício do poder político; do pleno exercício dos direitos políticos por parte dos cidadãos, bem como da sua efetiva participação em organizações políticas e associativas (Martins, 2004, p. 711)”.

Para os autores Pinto, Sousa e Magalhães (2013), a definição de democracia mais apropriada utilizada seja a de Robert Dahl, que na sua obra *Democracy and its Critics* (1989) estabelece sete princípios que definem o seu tipo ideal de democracia, determinada como poliarquia:

1. A existência dos eleitos constitucionalmente vinculados que controlam as decisões do governo sobre as políticas públicas;
2. A prática regular de eleições livres e justas, como um mecanismo para comparar e escolher as principais figuras do governo, conduzidos de um modo em que o uso da coerção é relativamente incomum;
3. Este sufrágio deve ser universal e inclusivo: praticamente todos os adultos têm o direito de votar (capacidade eleitoral activa); e
4. Candidatar-se para electivos (capacidade eleitoral passiva), embora para alguns cargos electivos, como os presidenciais, possa haver maiores limites de idade para elegibilidade do que para a capacidade de votar;
5. A existência de liberdade e garantias, que permitam os cidadãos expressar-se sem medo de represálias ou punições severas sobre as suas ideias e posicionamento político, incluindo as suas críticas em

relação aos funcionários públicos, ao governo, ao regime, à ordem sócio-económica e à ideologia dominante;

6. Os cidadãos também têm o direito de buscar fontes alternativas de informação, que devem ser reguladas e protegidas por lei;

7. Assim como têm o direito formar associações relativamente autónomas, incluindo partidos políticos e grupos de interesses independentes, para atingir os seus direitos, incluindo os listados acima (Pinto, Sousa & Magalhães, 2013, p. 18).

De acordo com os autores Viegas, Santos e Faria (2010), os cidadãos têm que delegar em instituições que escapam ao seu controlo democrático, como os partidos políticos, os meios de comunicação e a vigilância dos representantes. Não há dúvida que para a melhoria da qualidade da democracia, torna-se cada vez mais necessário que as instituições arbitrem de alguma forma procedimentos que permitam recolher as exigências dos cidadãos.

No que se refere a mensurar a qualidade de uma democracia, Pinto, Sousa, e Magalhães (2013) refletem que a “qualidade da democracia” como um regime em que os cidadãos é concedido um alto grau de liberdade política, igualdade política e controlo sobre as políticas públicas e os políticos através do funcionamento legítimo e legal de instituições estáveis.

Todavia, isso levanta a reflexão sobre o papel desempenhado pelos cidadãos numa democracia. Portanto, é necessário adicionar mecanismos para além das eleições, a fim de tornar o sistema de representação política mais igualitário, os cidadãos certamente precisarão de um maior envolvimento na política.

A maneira e extensão desse envolvimento, as formas como pode ser alcançado e suas possíveis consequências tornam-se uma questão imprescindível neste debate, o que significa que estamos face a dois panoramas opostos sobre a questão da participação: por um lado, a participação pode provocar apenas selecionar representantes para tomar decisões por eles; por outro lado, a governança democrática pode envolver participação direta de membros de uma sociedade nos processos decisórios.

Como forma de realizar um estudo descritivo sucinto, partem do interesse no trabalho dos autores Lisi, Marchi, & Evans (2013) no *Capítulo 2 a Participação Política e qualidade da democracia* (grifo nosso). A base fundamental do trabalho, através dos vários capítulos que o compõem, foi o de realizar

inquéritos⁵ em julho de 2011 a uma amostra representativa da população residente em Portugal com mais de 18 anos. O inquérito foi aplicado no âmbito do Barómetro da Qualidade da Democracia em Portugal que incluiu perguntas relativas a avaliação da participação política em Portugal.

Neste capítulo específico, Lisi, Marchi & Evans (2013) abordam a discussão da participação política como fator importante para a qualidade da democracia e os seus resultados. Os autores procuram identificar os elementos que limitam o potencial de participação dos cidadãos portugueses, para entender as principais formas de estrangimentos e bloqueios da participação política.

Dentre os resultados mais significativos do estudo, os dados sobre os factores de bloqueio da participação revelam uma forte desconfiança de 63,1% dos inquiridos nos partidos políticos e nos sindicatos, como instrumentos de participação dos cidadãos. Outro dado importante é que 54,5% dos inquiridos apresentam uma visão crítica em relação ao papel das organizações partidárias. No geral, sobre factores de bloqueio da participação, o estudo revela uma fraca capacidade de análise acerca da temática de participação por quase um quarto da população portuguesa.

Os dados apresentados e recolhidos pelo Barómetro da Qualidade da Democracia sugerem que há uma visão muito negativa no que diz respeito as oportunidades de participação. Portanto, há um profundo ceticismo nas oportunidades de participação que a democracia oferece aos cidadãos. Os dados sugerem uma reduzida confiança na eficácia política da participação, sobretudo comparando-se Portugal com as democracias da Europa do Sul, ou várias democracias da Europa de Leste.

Por fim, os autores do estudo concluem que os resultados devem ser interpretados com cautela dado não existirem dados longitudinais ou comparados que permitam contextualizar melhor a avaliação da participação por parte dos cidadãos.

⁵ O inquérito foi realizado pela GfKMetris durante o mês de julho de 2011, constituída por um total de 1207 inquiridos. Os inquiridos foram selecionados através do método de quotas, com base numa matriz que cruz variáveis sexo, idade (7 grupos), instrução (2 grupos), ocupação (2 grupos), região (7 regiões) e habita/dimensão dos agregados populacionais (5 grupos). A informação foi recolhida através de entrevista direta e pessoal, com total privacidade.

4. Considerações Finais

Este contributo presente centrou-se na qualidade da democracia democrática em Portugal. O material recolhido tem por base o levantamento bibliográfico sobre a qualidade da democracia em Portugal, bem como uma reflexão teórica do *capítulo 2 A participação política e a qualidade da democracia* dos autores Lisi, Marchi, & Evans (2013). O estudo efetuado leva-nos a concluir que, o debate sobre o papel da participação na democracia portuguesa contemporânea não se limita ao campo teórico, mas se estende ao nível operacional subjacente ao discurso e à prática política.

Lobo (2005) reflete sobre algumas questões difíceis sobre a qualidade da democracia portuguesa, no que se refere a “governamentalização” dos partidos políticos, onde os partidos deixam de desempenhar suas funções, surgindo um fosso entre os cidadãos e as instituições políticas democráticas, podendo minar o regime democrático. Costa (2014) afirma ser necessário “continuar a estudar o fenómeno da democracia, palco do pressuposto de igualdade caminho para o esbatimento das diferenças entre os cidadãos.

Para analisar as implicações práticas deste fenómeno da participação, é necessário situá-la em um determinado contexto, uma vez que a confirmação empírica é fundamental para avaliar até que ponto pode promover a qualidade democrática. Desse modo, o objeto não é apenas científico, visando ampliar o conhecimento em si, mas assume uma natureza prática, uma vez que pretende promover resultados tangíveis e desejáveis, como a prosperidade e o bem-estar de uma determinada sociedade.

O trabalho aqui refletido fornece contributos para a reflexão teórica sobre a qualidade da democracia em Portugal, contudo reconhece-se as limitações de tais análises. Além disso, melhorar a democracia pode significar coisas diferentes em diferentes contextos políticos. Os defensores de uma democracia estritamente representativa terão necessariamente um entendimento diferente daqueles que apoiam a democracia participativa. Estes aspectos são muito importantes na avaliação da qualidade das democracias.

Referências

- Cerezales, D. P. (2003). *O Poder Caiu na Rua*. Lisboa: ICS.
- Costa, B. F. (2014). *A Influência do Sistema Político e Eleitoral e do contexto Macroeconómico na Participação nas Eleições Legislativas em Portugal e Espanha (2004-2011). Um contributo para o estudo da Democracia* (Tese de Doutoramento). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal. Recuperado de [https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/8541/2/BRUNO%20COSTA%20__Tese Definitiva_doc.pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/8541/2/BRUNO%20COSTA%20__Tese%20Definitiva_doc.pdf)
- Frain, M. (1998). *PPD/PSD e a consolidação do regime democrático*. Lisboa: Notícias.
- Freire, A. (2014). *O Sistema Político Português Séculos XIX-XXI*. Coimbra: Almedina.
- Freire, A., Lobo, M. C., & Magalhães, P. (2007). *Eleições e cultura política: Portugal no contexto europeu*. Lisboa: ICS.
- Jalali, C. (2015). *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005* (2ª ed.). (P. Silva, Trad.) Lisboa: ICS.
- Lisi, M., Marchi, R., & Evans, A. M. (2013). Participação política e qualidade da democracia. Em A. C. Pinto, L. Sousa, & P. Magalhães, *A qualidade da democracia em Portugal: a visão dos cidadãos* (pp. 51-78). Lisboa: ICS.
- Lobo, M. C. (2005). *Governar em Democracia*. Lisboa: ICS.
- Lobo, M. C. (2015). *A qualidade da democracia em Portugal. Policy Brief 2014*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Lobo, M. C., & Magalhães, P. (2009). *As Eleições Legislativas e Presidenciais 2005-2006: campanhas e escolhas eleitorais num regime semipresidencial*. Lisboa: ICS.
- Lobo, M. C., & Neto, O. A. (2009). *O semipresidencialismo nos países de língua portuguesa*. Lisboa: ICS.
- Martins, M. M. (2004). *Participação Política e Democracia - O Caso Português (1976-2000)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Maxwell, K. (1999). *A construção da democracia em Portugal*. Lisboa: Presença.
- Pasquino, G. (2010). *Curso de Ciência Política* (2ª ed.). (A. S. Mota, Trad.) Cascais: Princípia.
- Pereira, J. P. (2014). *O nascimento de uma democracia 1974-1976*. Lisboa: Assembleia da Republica - divisão de edições.
- Pinto, A. C., Sousa, L. d., & Magalhães, P. (2013). *A qualidade da democracia em Portugal: a visão dos cidadãos*. Lisboa: ICS.
- Sanches, E. R., Maia, J., Lobo, M. C., & Serra-Silva, S. (2018). *Uma proposta de Índice da qualidade da Democracia - Policy Brief 2017*. Lisboa: Observatório da Qualidade da Democracia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Santos, B. S., Cruzeiro, M. M., & Coimbra, M. N. (1997). *O pulsar da revolução - cronologia da revolução de 25 de abril (1973-1976)*. Coimbra: Afrontamento e Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

Viegas, J. M., Santos, S., & Faria, S. (2010). *A Qualidade da Democracia em Debate Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha*. Lisboa: Mundos Sociais.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Rua Almerindo Lessa
Pólo Universitário do Alto da Ajuda,
1349-055 Lisboa
Tel. (00351) 21 361 94 30
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/To quote this paper:

ALBERNAZ, Vinicius «Reflexão Teórica do Estudo sobre a Qualidade da Democracia em Portugal: A Visão dos Cidadãos», *Working Paper #108*, Observatório Político, publicado em 30/11/2021, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os *working papers* publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respetivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.